



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM  
SAÚDE MENTAL COLETIVA

WESLEY FERREIRA DE CARVALHO

**HISTÓRIAS-MEMÓRIAS:**  
**Restos do cuidado em Saúde Mental Coletiva**

Porto Alegre, março de 2020

WESLEY FERREIRA DE CARVALHO

**HISTÓRIAS-MEMÓRIAS:**

**Restos do cuidado em Saúde Mental Coletiva**

Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista em Saúde Mental Coletiva.

Orientador: André Luís de Souza Lima

Porto Alegre, março de 2020

### CIP - Catalogação na Publicação

CARVALHO, Wesley Ferreira de  
HISTÓRIAS-MEMÓRIAS: Restos do cuidado em Saúde  
Mental Coletiva / Wesley Ferreira de CARVALHO. --  
2020.  
44 f.  
Orientador: André Luís de Souza LIMA.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Psicologia, Programa de Residência Integrada  
Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, Porto  
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Adolescências. 2. Juventudes. 3. Saúde Mental  
Coletiva. 4. Socioeducação. 5. Trabalho. I. LIMA,  
André Luís de Souza, orient. II. Título.

WESLEY FERREIRA DE CARVALHO

***HISTÓRIAS-MEMÓRIAS:***

**Restos do cuidado em Saúde Mental Coletiva**

Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista em Saúde Mental Coletiva.

**Aprovado em:      de Março de 2020**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Orientador: **Prof. Me. André Luís de Souza Lima** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Parecerista: **Ma. Daniela Ferrugem** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Nesse percurso, várias pessoas foram importantes e, agora, é o momento de agradecê-las.

Aos usuários-público-pacientes, ou sujeitos, acolhidos nos serviços de Saúde Mental Coletiva, obrigado por *SU*stentarem a saúde pública, universal e gratuita.

A Braba, ao Brigão, ao Neguim e ao Sereno, obrigado. Por constituírem minha trajetória formativa e profissional, por comporem as linhas dessas histórias-memórias. Vidas negras importam!

Obrigado ao Plínio, por acreditar no meu potencial, pelo amor e por caminhar comigo, lado a lado. A Chimia e ao Pancho pelos ronrons do dia a dia.

Ao André, meu amigo-orientador, por acreditar na educação como possibilidade, pela generosidade e pelas trocas na escrita desse trabalho.

A minha família e amigos mineiros que, mesmo à distância, vibram e torcem pela minha caminhada.

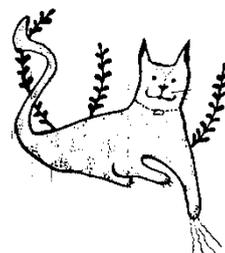
As amigades que construí pelo Sul, especialmente os *erres* da RIS em Saúde Mental Coletiva, meu obrigado pelas parcerias e afetos.

Obrigado à coordenação da RIS, aos servidores e às professoras, maioria mulheres, que apostam na saúde mental em liberdade. Aos trabalhadores da saúde do país, meu sincero obrigado. Viva o SUS!

À Daniela Ferrugem, minha tutora do núcleo de Serviço Social. Grato por me ouvir e me orientar. Fico feliz em estar alinhado pela mesma ética do trabalho da mulher-preta-acadêmica que você é. Honrado em compartilhar contigo essa narrativa. Meu especial obrigado por aceitar participar da banca de avaliação desse trabalho de conclusão.

Ao CAPSi Novo Hamburgo e Régis, “T.I.P.O. Assim!” e Júlia, Gestão da Saúde da População em Situação de Rua de Porto Alegre e Letícia, PPSC e Magda – cenários de prática e as preceptorias que me acolheram – obrigado. São, para sempre, parte das minhas subjetividades.

Aqueles com quem compartilhei e vivi esses dois anos intensos de estudo e trabalho. Enfim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com meu enriquecimento pessoal, formativo e acadêmico. Fico grato por cada momento compartilhado no fazer em Saúde Mental Coletiva.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil (Juvenil)
CF	Constituição Federal do Brasil
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
LA	Liberdade Assistida
MD	Ministério do Desenvolvimento
MSE	Medida Socioeducativa
PEMSE	Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
PEMSEIS	Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
RAPS	Redes de Atenção Psicossocial
RIS	Residência Integrada em Saúde
SINAJUVE	Estatuto da Juventude
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUS	Sistema Único de Saúde
URAS	Unidade Referência em Assistência Social

baseado em carne viva e fatos reais  
é o sangue dos meus que escorre pelas marginais  
e vocês fazem tão pouco, mas falam demais  
fazem filhos iguais, assim como seus pais  
tão normais e banais, em processos mentais  
sem sistema digestivo lutam para manter vivo

morto, vivo, morto, vivo, morto, morto, morto, viva!

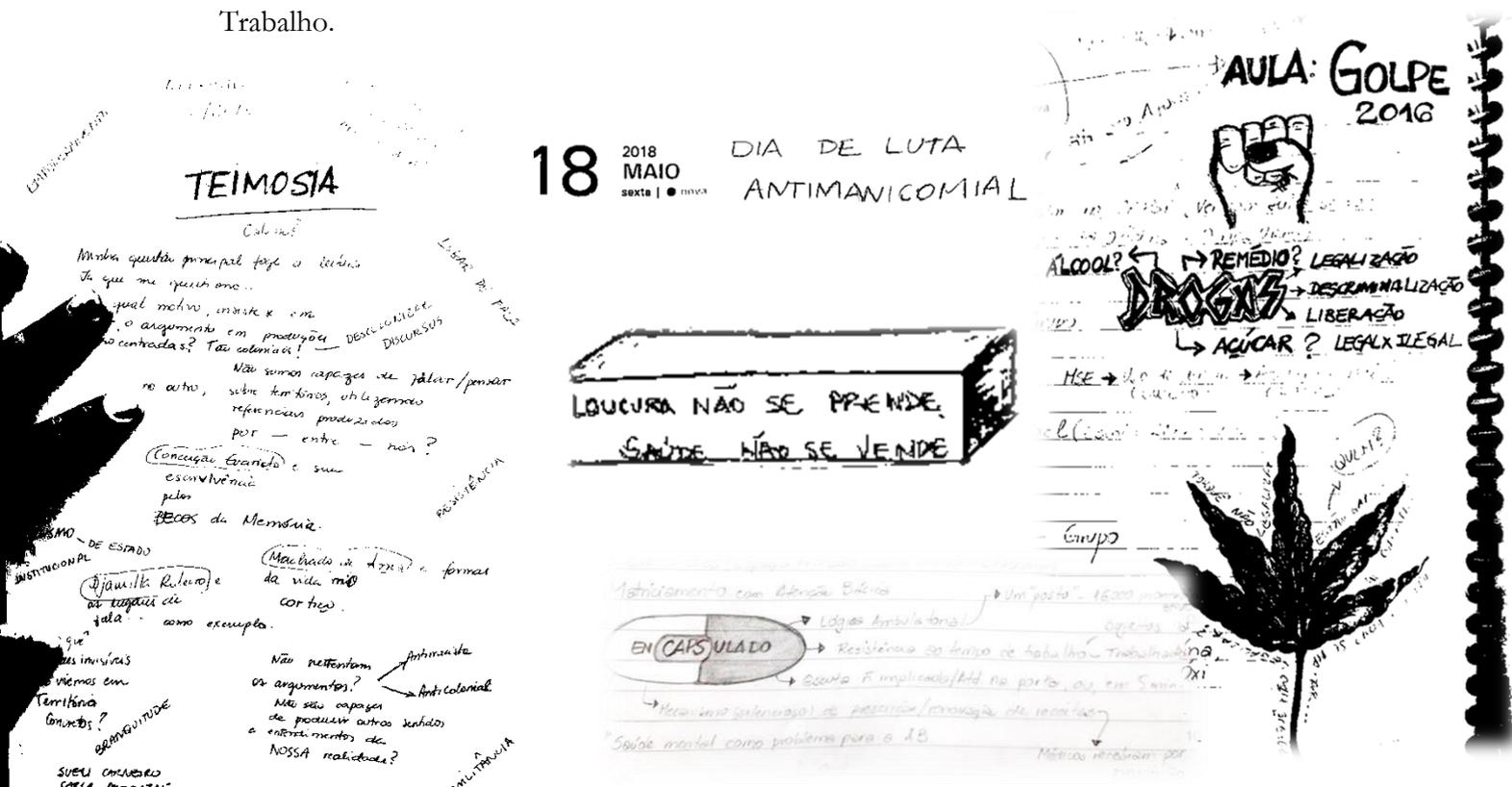
bomba pra caralho, bala de borracha, censura, fratura exposta  
fatura da viatura, que não atura pobre, preta, revoltada  
sem vergonha, sem justiça, tem medo de nós  
não suporta a ameaça dessa raça  
que pra sua desgraça a gente acende, (a) ponta, mata a cobra, arranca o pau  
tem fogo no rabo, passa, faz fumaça, faça chuca ou faça sol  
é uó, (u) ócio do comércio em ofício que policia  
o comércio de lucros e loucos que aos poucos  
arrancam o couro dos outros mais pretos que louros, os mouros  
morenos, mulatos, pardos de papel passado presente futuro  
mais que perfeito, em cima do muro, em baixo de murro

no morro, na marra quem morre sou eu? ou sou eu quem mata?  
quem mata, quem multa, quem mata sou eu? ou sou eu quem mata?  
quem mata, quem multa, quem mata sou eu? ou sou eu quem mata?

*Bomba pra Caralho (2017), de Linn da Quebrada<sup>1</sup>*

O objetivo deste trabalho é apresentar o trânsito formativo da Residência em Área Profissional da Saúde da UFRGS<sup>2</sup>, Especialização em Saúde Mental Coletiva, entre os anos de 2018 e 2020. Para tanto, ensaio. Desvio de um método hegemônico ao estruturar, na forma escrita, a transmissão da experiência. Invenção de um desvio como possibilidade metodológica ao construir conhecimento acadêmico. Poetizar como forma de produzir saber. Nem sempre são as histórias dos sujeitos que ocupam as narrativas aqui registradas, pois é feita de forma que inclui reflexões teóricas e técnicas, de conjuntura social e política, e, essas, articuladas à prática profissional. Talvez para dar conta e oferecer um vislumbre da complexidade dos cenários, a escrita se revela em forma desconstruída, com relação a um texto mais tradicional. Pode conter ideias, ficções e invenções, e, ainda assim, há um enredo – vivido e estudado, também conceitualmente – que perpassa e atravessa, que *acerta o alvo*: sujeitos adolecendo, em sofrimento psíquico, atendidos nas redes de saúde, assistência, proteção e justiça. Sobretudo, aqueles em situação de conflito com a lei. Os fios que compõem esta trama serão cenas dos processos pessoais, profissionais e formativos vivenciados – inclusive, de outrora –, a chegada aos novos espaços-instituições-lugares para o trabalho, a construção das narrativas do percurso<sup>3</sup>, os registros de diários de bordo<sup>4</sup>, os desenhos<sup>5</sup>, os rabiscos, as lembranças e as inquietações, principalmente, atravessadas pelas lentes teóricas descoloniais<sup>6</sup>. Serão narradas quatro histórias-memórias, advindas de cada cenário de prática em que pude realizar o cuidado em Saúde Mental Coletiva. O texto foi organizado de forma a contar do lugar de fala enquanto profissional-pesquisador, fala das reflexões sobre os espaços e sujeitos atendidos nas redes de proteção e as intersecções que abarcam o trabalho em Saúde Mental, e, também, no aporte das perguntas que não se esgotam. Propõe-se, então, o registro do dia de trabalho, das reuniões de/em rede e dos atravessamentos institucionais. Fala do racismo estrutural e das branquitudes. Fala também da hierarquização de saberes *Psi*<sup>7</sup>. Conta do cotidiano das equipes, das articulações, das idas e vindas aos territórios, do aproximar-se dos sujeitos. As histórias serão narradas numa tentativa de entender os fluxos e processos, além de reconhecer os sujeitos que recebem cuidado, sendo as (im)possibilidades dessa experiência que irão embasar a escrita, para além de idealizações, de arestas que sobram e de desejos que ainda permanecem latentes. Assim, no texto serão apresentados os desvios que se fizeram possíveis na busca pela garantia de saúde (mental) integral aos adolescentes e jovens, atendidos em dois anos na prática de formação em trabalho.

Palavras-chave: Adolescências. Juventudes. Saúde Mental Coletiva. Socioeducação. Trabalho.



Lugar de fala ~ 10 ~

Abram os caminhos ~ 11 ~

*Branquitudes* ~ 14 ~

Chegadas ~ 15 ~

***Brigão*** ~ 17 ~

***Neguin*** ~ 20 ~

Reinícios ~ 23 ~

***Braba*** ~ 24 ~

***Sereno*** ~ 27 ~

Encruzilhada analítica ~ 30 ~

Adoles-*ser* ~ 31 ~

Socioeducar ~ 33 ~

Trabalhar ~ 35 ~



Perguntas que não se esgotam ~ 38 ~

*Fechando os trabalhos* ~ 39 ~

Pistas e notas ~ 41 ~

*Lugar de fala*

**D**urante a atuação profissional e, até mesmo na academia, tanto como sujeitos e também como colaboradores de pesquisa, as adolescências e juventudes marcam minha trajetória. A importância de pontuar os sujeitos adolescendo, recebendo cuidados em saúde mental com os atravessamentos da situação conflitiva com lei é essencial para romper com as narrativas dominantes sobre essas juventudes, que historicamente vem resistindo e reexistindo. Trata-se de um pensar galgado em preceitos da reforma psiquiátrica brasileira, na perspectiva do movimento antimanicomial e nos termos dos processos de desinstitucionalização.

Como nos lembra bell hooks (2013), ‘não é fácil dar nome à nossa dor, teorizar e partir desse lugar’ (hooks, 2013, p. 103)<sup>8</sup>. Minha escolha pela temática sempre se deu em razão do cenário brasileiro em que testemunhamos as disputas e urgentes refrações que emergem para a efetivação de direitos de adolescentes e jovens. Além disso, trata-se de um compromisso – ético e profissional – com a garantia da cidadania desses sujeitos, já que os adolescentes e jovens sofrem efeitos nefastos de uma sociedade que os marginaliza e os estigmatiza. São os principais objetos do ódio social. São os *alvos* da guerra às drogas<sup>9</sup>, que mascara o genocídio e o encarceramento em massa<sup>10</sup> da juventude brasileira.

Então é deste lugar de fala<sup>11</sup>, de quem acompanha os adolescentes e jovens há quase uma década, que serão registradas essas histórias-memórias.



A bala "perdida" sempre  
"acha" os corpos pretos

*Abram os caminhos*

**B**uscando ampliar os conhecimentos acerca da realidade brasileira dos adolescentes e jovens, ao finalizar a graduação elaborei um estudo intitulado “*Programa de Egresso do Sistema Socioeducativo: uma análise nacional em 2011*”. O trabalho consistiu em conhecer a existência dos programas de egressos do sistema socioeducativo em âmbito nacional, que tem a execução de responsabilidade do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>12</sup> e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)<sup>13</sup> trazem como prerrogativa que os egressos das medidas socioeducativas em meio fechado, ao retomarem ao convívio familiar e social, tenham o direito facultativo de participarem destes programas. Após análise dos dados, concluiu-se que, no Brasil, muito embora tenha havido um aumento entre 2003 e 2011 no quantitativo de programas de egressos, ainda era tímida a implantação nas capitais brasileiras. Desde tal época, já não eram cumpridas previsões do plano formal-legal que tinham como foco o direito dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

Sujeitos de direitos em vidas institucionalizadas.

Seguindo os trilhos das juventudes, minha primeira atuação profissional com adolescentes ocorreu na capital mineira ao coordenar uma unidade de Acolhimento Institucional – corriqueiramente nomeada por *abrigo*. O serviço oferecia acolhimento provisório para sujeitos afastados do convívio familiar, em função de abandono ou de famílias temporariamente impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção. Na casa: café da manhã, almoço e jantar, limpeza, roupas para lavar, escola, médico, dentista, psicóloga, urgência de saúde mental infantojuvenil. Uma casa, suas rotinas e as demandas do cotidiano, fortemente marcadas pelas histórias de vulnerabilidade. Nela, os quinze acolhidos-moradores viam-se, de repente, em uma nova estrutura, numa tentativa de se (re)aproximar com algo do familiar que foi rompido, e, ali viviam até que fossem superadas as vulnerabilidades sociais, retornando para o convívio familiar, quando possível, sendo encaminhados para adoção ou permanecendo sob a tutela do Estado até a maioridade.

Infâncias e adolescências interrompidas.

Em 2015, em um novo espaço de trabalho, atuei na articulação da rede social do sistema socioeducativo mineiro, orientando as equipes nos centros provisórios e de internação e das casas de semiliberdade, no fortalecimento da rede social dos adolescentes em cumprimento de medidas e também egressos do sistema socioeducativo. As casas se modificaram. Dos jovens que moravam com os portões abertos e roupas no varal no fundo

do quintal àqueles com o direito de ir e vir cerceado por muitas grades e pesados portões trancados. Foram outros moradores, outras casas e muitas semelhanças no que se refere às histórias de abandono, de vulnerabilidade, de negação. Brigas, ameaças, uso de força e violências, eram constantes. A cor desses jovens também sempre foi uma constante.

Trajetórias ordinárias.

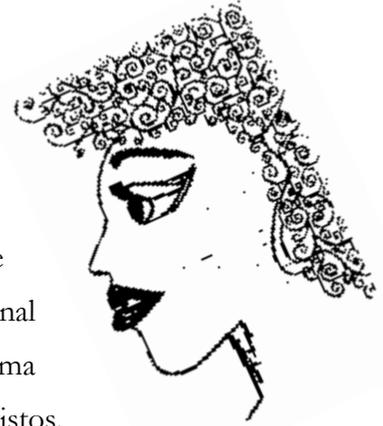
Atuar em contextos com adolescentes e jovens que têm a cor da pele preta me constitui – pessoal, profissional e academicamente – e meu olhar nunca desvia. Autoevidente, talvez, por não ter a pele branca ou por ter re-conhecido e re-afirmado a minha própria negritude.

Os negros são predominantes nos abrigos, no sistema socioeducativo ou no sistema prisional, nos *neo*-manicômios (internações para desintoxicação, alas de Hospitais Psiquiátricos, Comunidades Terapêuticas ou Institutos Forenses<sup>14</sup>, como exemplos). O trabalho com e no social traz circunscrita a marca do racismo estrutural<sup>15</sup> que, há quase duas décadas a voz de Elza Soares (2003) nos lembra ao cantar, *que a carne mais barata do mercado é a carne negra*<sup>16</sup>. Reafirmando que são os pretos e as pretas que superlotam os sistemas de justiça, os números de vítimas de feminicídios, de violências policiais, e, majoritariamente, as estatísticas letais.

Vidas descartáveis... *quase todos pretos, ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres, e pobres são como podres, e todos sabem como se tratam os pretos*<sup>17</sup>.

Nos litorais do Mestrado foi preciso criar uma interface, inédita no Brasil, entre os campos da educação especial, da socioeducação e da pesquisa acadêmica. De um lado, a investigação acerca da escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS) e, de outro lado, a reflexão aprofundada sobre a escolarização para aqueles com deficiência, especialmente os que apresentavam impasses em sua estruturação psíquica. O estudo que tem por nome *“TERRA-MAR: litorais entre a Socioeducação e a Educação Especial”*, foi realizado entre os meses de março e maio de 2017, na Escola Estadual de Ensino Médio Senador Pasqualini, localizada no Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique, em Porto Alegre/RS. Por três meses pude saber um pouco da escola, sua história e seus objetivos, também vivenciei a rotina, conheci professoras, professores e alguns dos alunos que se encontram em regime de internação. Havia em uma turma em regime fechado na FASE, um aluno potencial sujeito da educação especial. Nesse grupo, inscreveu-se um litoral que interrogava: um jovem aluno, adolescente com impasses em sua estruturação psíquica, com diagnóstico de deficiência mental recebido em algum

momento entre a infância e a adolescência. Apesar de preconizado nos documentos legais, à época, não havia formalização da presença de adolescentes com deficiência cumprindo medida de internação. O silêncio, entretanto, era (e ainda é) ruidoso, uma vez que a respeito desse aluno foram feitas inúmeras alusões e hipóteses sobre o desempenho escolar, capazes de justificar o encaminhamento para o atendimento educacional especializado. O ato infracional, contudo, borrava a condição de uma possível deficiência, apagando o direito aos recursos previstos, potencialmente eficazes para sustentar o aprender.



Qual a cor simboliza a pureza? A limpeza?

Qual a cor da maioria da(o)s residentes da RIS?

Qual a cor da(o)s professora(e)s da RIS?

Qual a cor da(o)s autora(e)s das referências bibliográficas sugeridas na RIS?

Qual a cor do saber construído socialmente que é valorizado?

E a **cor** da maioria da(o)s usuária(o)s do SUS?

Qual a cor daquela(e)s quem consegue acessar os serviços em Saúde Mental?

E a **cor** da(o)s adolescentes e jovens que mais cometem tentativas de autoextermínio?

E a **cor** da(o)s que mais cometem suicídios?<sup>18</sup>

E nos centros socioeducativos e nas prisões?

Qual a **cor** da(o)s adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas?<sup>19</sup>

E a **cor** da(o)s jovens que estão presos?<sup>20</sup>

E a **cor** da(o)s adolescentes e jovens que a(de)nunciam as violências policiais sofridas?

E a **cor** da(o)s adolescentes e jovens, em maioria esmagadora, que são morta(o)s por policiais?<sup>21</sup>

E a **cor** da(o)s adolescentes e jovens que estão internada(o)s em Hospitais Psiquiátricos?

*[Sim! Eles continuam existindo, resistindo e vem ganhando força. Ganham corpos<sup>22</sup> e corpos]*

E da força de trabalho?

Qual a cor da(o)s técnicos e técnicas que realizam os cuidados em Saúde Mental?

Qual a cor da(o) Psiquiatra, da(o) Psicóloga(o), da(o) Terapeuta Ocupacional, da(o) Enfermeira(o), da(o) Assistente Social?

Qual a cor daquele(a) que aplica uma sentença judicial?

Qual a **cor** da(o)s trabalhadora(e)s da higienização?

E a **cor** da(o)s seguranças, da(o)s trabalhadora(e)s da manutenção, da(o)s porteira(o)s no prédio que estuda?

E a **cor** das pessoas que te servem?

Qual a cor das pessoas que compram as drogas?

E a **cor** das pessoas que vendem drogas pelas esquinas e becos?

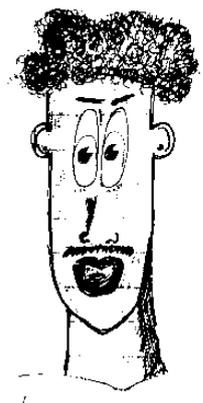
Qual a cor que simboliza aquilo que é bom? Qual a cor simboliza a paz?

E a **cor** que nomeia a piada ruim, ou a **cor** que indica que alguma coisa não vai bem?

Qual a cor dos privilégios?

*“É urgente que pessoas brancas discutam racismo pelo viés da branquitude, que se questionem”.*

(RIBEIRO, Djamila, p. 70)<sup>23</sup>



**E**m 2011 desperta em mim pela primeira vez, ao final da graduação, a vontade de me especializar em uma residência. De lá até a escolha em especializar-me em Saúde Mental Coletiva, e a finalização que ocorrerá em 2020, grandes mudanças ocorreram. Em mim, em nós. As experiências contribuíram para que eu aqui chegasse e os objetivos que tracei para essa caminhada foram se definindo nessa trajetória. Algo que nunca houve hesitação foi qual seria o foco durante a atuação na formação em trabalho e qual o fio que tramaria a trajetória. E, sem suspeição, as adolescências e as juventudes dariam o tom da escrita do Trabalho de Conclusão de Residência (TCR).

A partir da aprovação, planejar toda uma vida que se transformou. No primeiro ano as escolhas me levavam para quase 50 quilômetros de casa. Para sair de manhã o despertador tocava muito cedo, às vezes às seis, de vez em quando às sete, quase nunca às oito. O frio, com temperaturas perto de uma casa decimal, tirava a vontade de levantar da cama e de começar o dia.

Deslocamento até chegar ao trabalho. A pé, de bike, de carro, de ônibus ou de trem. Caronas. Caminhos. Favela, comunidade, vila. Conhecer becos repletos de memórias<sup>24</sup>. Pé no chão e areia do campinho no dia de futebol. Desejo de ampliar o cuidado em saúde, trabalhar com e nas redes.

Quase sempre, o trajeto entre casa e trabalho era pelo trem, embora alguns dias também precisasse utilizar o ônibus até o local das atividades. Aqui falarei do trem, que era o local para se tomar o café da manhã e enganar a fome para a viagem que levava quase uma hora. Atravessar cidades e no caminho, possibilidades de vida diferentes. Da primeira estação em Porto Alegre, passando por Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, até a última estação de Novo Hamburgo. Paisagens que iam mudando os contornos. Dava para ver dias nublados que cobriam as cidades ou apreciar o nascer do sol na ida e o pôr do sol, quase noite, retornando para casa depois de um dia de trabalho.

O trem era local de encontro de trabalhadores e usuários de serviços. Residentes, microequipe<sup>25</sup> ampliada. Articulação de rede, e, às vezes, com todo o cuidado e ética envolvidos, ocorriam até repasse de informações que não houve tempo de conversar durante o expediente.

O trem é local de comércio. É possível comprar fones de ouvido, carregadores, capinhas e outros variados acessórios para o celular. Carteira e cinto de couro. Livros. *Pen drive*. Trufas,

doces, balas e maçãs-do-amor. Também tem gente tentando ganhar a vida com a arte, seja cantando, tocando algum instrumento, fazendo rima ou em uma batalha de *slam*.

Também há – apesar das (in)visibilidades – trabalho infantil, mulheres sofrendo assédio, abusos, homo-lesbo-transfobia, desrespeito às pessoas idosas e às deficiências. É possível perceber as barreiras colocadas para usar o transporte. Que é público. As pessoas não convivem bem com as diferenças.

Bairros nobres e áreas favelizadas. Empresas públicas, aeroporto, prédios. Casas de madeira e lona, leito de rio que avança com as chuvas, pessoas em situação de rua. Na viagem era possível notar as diferenças daqueles que entram e saem do trem, entender de qual estação embarcavam ou desembarcam. Jovens, maioria brancos, corriam a caminho das universidades. Trabalhadores atrasados que saíram de suas casas das cidades-dormitórios periféricas, ainda durante a escuridão. Mães levando seus filhos, quase nunca pais com seus filhos.

No retorno para casa ao findar o dia o corpo seguia cansado, jogado, ora no banco, ora no chão do vagão. Momento para se ouvir música, ou iniciar aquele livro que esperava há muito tempo pela leitura. Caras enfiadas em aparelhos celulares.

O deslocar necessário da residência também implica em deslocar os olhares para as situações que nos atravessam. Ler mensagens não verbais. Acompanhar a escrita dos corpos.

É preciso atentar-se às sutilezas do mover-se.



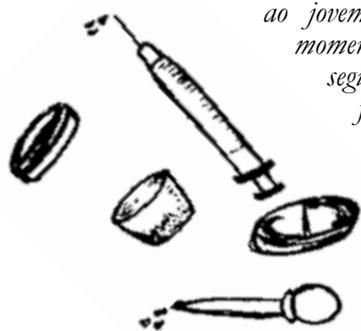
O início das atividades de formação em trabalho se deu primeiramente no Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil (CAPSi), em meados de março de 2018, no único CAPS da cidade que atende exclusivamente crianças e adolescentes com questões de saúde mental. Ainda que em minha trajetória profissional e acadêmica tenha se cruzado com a infância e adolescência, vi-me em um novo terreno em minha jornada de formação: o trabalho com a loucura, com crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, tentativas de autoextermínio, autolesões provocadas. Experiência com outras formas de violências.

Não se pode negar que a chegada destaca um lugar de disputa e gera incômodo. Dizem que oxigena o campo. Raio problematizador! Causa ruído e desloca algumas questões estacionadas no cotidiano do serviço. É estagiário? Estranhamentos. Já é graduado? Tem que ser proativo e apropriar-se dos casos e fluxos. O tempo urge e qual o papel do residente? Apesar do novo, a entrada na engrenagem do trabalho se deu e fui ali havia apresentado a uma equipe preceptora, que não tinha no papel do preceptor de campo, a via única possível para as trocas com os residentes.

Tive a oportunidade de participar de oficinas, realizar visitas domiciliares, atendimentos individuais, estive com as crianças e adolescentes na Capsina<sup>26</sup>. No decorrer dos atendimentos, no matriciamento, na partilha de casos, nos seminários, nas reuniões de equipe, no jogar de sinuca ou na sala de convivência tomando um chimarrão, foi possível conhecer sobre os efeitos terapêuticos das risadas, das brincadeiras e também dos medicamentosos. Entender o porquê algumas crianças andam nas pontas dos pés, das bordas do corpo, do uso de desenhos para capturar algo quando a palavra não vira verbo, de como a prática de esportes pode contribuir no cuidado integral em saúde, mental, coletiva.

O cuidado constante no trabalho é de não se enCAPSular em uma lógica manicomial, ambulatorial, voltada a fortalecer um mecanismo, silencioso, de prescrição e renovação de receituário. Que pode acabar por atender – muitas vezes – aos anseios da justiça, da família e dos serviços protetivos, menos daqueles em sofrimento.

acompanhei o brigão<sup>27</sup>, um adolescente de quatorze anos. brigão é preto. filho único que mora com os pais de 58 anos e a mãe de 56 anos, a família reside na região da lomba grande, área extrema do município de novo hamburgo, território marcado pela extrema pobreza e vulnerabilidade social. seu pai recebe auxílio doença e a renda é complementada pelo benefício do bolsa família. a mãe é do lar. o adolescente estuda a sétima série regular do ensino fundamental, conta com professora de apoio e frequenta a sala de recursos no contraturno. o contato com o caps se deu pelo próprio pai após ter recebido uma comunicação da escola (adolescente já havia estudado em outras quatro escolas diferentes nos últimos dois anos), que além de comunicar que brigão vinha apresentando quadros de agressividade, brigas e ameaças aos colegas, também o questionou sobre as muitas faltas no ano letivo, “quase sempre justificadas por dor de barriga” (sic). o fato fez com que o pai, sob certa ameaça, buscasse o atendimento no serviço e evitasse um possível registro de denúncia junto ao conselho tutelar. tinha receio que pudesse ter problemas, já que o brigão já havia sido sentenciado ao cumprimento de uma medida socioeducativa no passado, que fora arquivada à época. após resgatado o prontuário do adolescente no serviço ficou conhecido que foi encaminhado pela escola, quando tinha cerca de 9 anos. na época a criança já tinha um diagnóstico “fechado” de psicose, transtorno de conduta e de sequelas neurológicas pós parto. o acompanhamento se deu de forma sistemática, quando no final do ano de 2016 recebeu “alta melhorada”, cessando, inclusive, o uso de medicação. no (re)acolhimento brigão veio acompanhado pelo pai, que entrou junto ao adolescente no atendimento, e respondia a todas as perguntas feitas: dizia que o filho era doente, que sentia fortes dores de cabeça e de barriga, que deitava na cama e chorava compulsivamente, relatou que já haviam “saído no tapa” (sic) diante da agressividade do filho. sobre a esposa disse que “não adiantava a mãe ter vindo ao atendimento, ela não sabe falar nada” (sic). ao final foi possível perceber que as queixas do pai localizavam-se na falta de remédio. outro achado, e que causou certo estranhamento, é que na presença do pai, quando as perguntas eram realizadas de forma direta para o brigão, as suas respostas eram iguais àquelas que o pai havia acabado de responder. mesma forma, mesmo conteúdo. brigão sempre olhava para o pai, se concordava ou se discordava, de acordo com as emoções que ele demonstrava. diante do fato, perguntei ao jovem se poderíamos conversar sozinhos à partir daquele momento, e, ao receber autorização (visual) do pai, concordou e seguimos. à partir daquele momento, brigão mudou. começou falando dos seus animais, que gostava futebol e que se sentia melhor na parte da manhã, “com a cabeça mais livre” (sic). que passava as tardes em casa assistindo televisão e que brincava com os amigos da rua. mas, também falou que tinha dificuldade de se concentrar e que não entendia o que a professora falava. disse ouvir martelos batendo na cabeça e que com o uso de remédio ele não fica tão nervoso. brigão refletia o desejo do pai? voltou apenas mais uma vez para atendimento após reacolhido no serviço, e durante o nosso encontro preferiu circular e explorar as salas. depois, pediu que o levasse de volta ao pai. ao falar das demandas que levaram ao acompanhamento do filho no caps permaneciam as mesmas: ele precisa de medicamento. finalizamos o atendimento e foi cogitada, após discutir em equipe, a possibilidade de uma visita domiciliar para conhecimento da realidade sociofamiliar, além da oportunidade de conhecer a mãe e ouvir a sua história, e do seu filho. na visita ao domicílio fomos recebidos pelo adolescente e pelo pai. sua mãe não estava, e, o esposo disse que ela estava “fazendo curso na uras da lomba” (sic). brigão apenas sorria, parecia não entender o porquê de estarmos ali. o pai reforçava o discurso, quase ininterrupto. “ele é doente, é agressivo, precisa de remédio... quando estava com medicação ele não ficava assim” (sic). a visita foi marcada pela



precariedade que a família vive. a moradia tem apenas um quarto, cozinha e banheiro. o adolescente dorme na cama de casal com o pai, e a mãe na cama do (que seria) quarto de brigão, separado apenas por um pesado guarda roupas. nos fundos da casa há um curral com animais soltos por toda parte: alguns cães, muitos gatos e outras tantas galinhas. por todo o chão da casa notava-se espalhadas as fezes dos bichos de estimação. panelas sujas em um fogão à lenha, uma geladeira e armários caindo aos pedaços, abarrotados de utensílios. o cheiro inebriava. tanto da casa, quanto dos moradores. ambos com roupas sujas e pés descalços, com higiene bastante precária. ao final da visita foi reforçado que o cuidado com o jovem ultrapassa a intervenção estritamente medicamentosa, mas a necessidade do retorno à escola, além da articulação de outros encaminhamentos, como o agendamento de um atendimento com mãe no serviço de referência, dentre outras possibilidades, que poderiam ser pensadas junto com a família. porém, após a vd, brigão não mais voltou ao atendimento. nem o pai. muito menos a mãe. foram realizados contatos, atendidos sempre pelo pai, que reforçava que as crises do filho eram decorrentes da falta do remédio e que iria buscar um médico particular, uma vez que o médico psiquiatra do capsí não estava prescrevendo, e que “ele não queria perder o filho” (sic). foi realizada articulação da rede em que o adolescente é referenciado no território, a fim de conhecer a realidade dos sujeitos em questão, sob o olhar daqueles que cuidam da família. foi agendada, então, uma microrrede com os serviços, na escola que brigão estuda, com o capsí, a uras e a esf. a escola relatou que a mãe frequenta as aulas, porém no horário noturno. para a pedagoga, a mãe “tem algum retardo mental” (sic). a agente comunitária da esf disse que “quase não conhece a família... só o pai acompanha”. o capsí fez o relato dos atendimentos de brigão, da presença paterna também constante e como se deram os cuidados com brigão. a uras relatou que ela tem uma precariedade na fala, que participa de atividades do serviço, e que “ela costuma ir as atividades com as roupas bastante sujas, aparentemente sem banho... já tivemos que conversar com alguns alunos, que reclamaram do cheiro dela” (sic). além disso nos contaram que a polícia já havia sido acionada devido as constantes agressões e brigas. brigão reproduzia e repetia as violências a que sempre esteve exposto, seja da família, da sociedade ou do estado.



J á o segundo cenário de prática do ano de 2018, o Projeto “T.I.P.O. Assim!”, traz um significado na sigla que busca de traduzir as ações: Territorialidade, Intersetorialidade, Protagonismo Juvenil e Ocupação de Espaços. Objetiva promover a saúde e o protagonismo na adolescência e juventude como alternativas ao consumo abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas, com o olhar da saúde mental no território. Ocorre em Novo Hamburgo/RS, município que tem quase metade de sua população composta por jovens e indicadores sociais que apontam situações de exclusão, com sujeitos fora de processos de escolarização, sem preparação para o mundo do trabalho, sem protagonismo para construção de projetos de vida. As intervenções do “T.I.P.O. Assim!” tem como um dos eixos a constituição de grupos de trabalho para/com os jovens ao tratar a promoção da vida como possibilidade de prevenção e via de resistência quanto ao uso de álcool e outras drogas, além da marca no pensar e no construir coletivamente as estratégias de promoção desse cuidado.

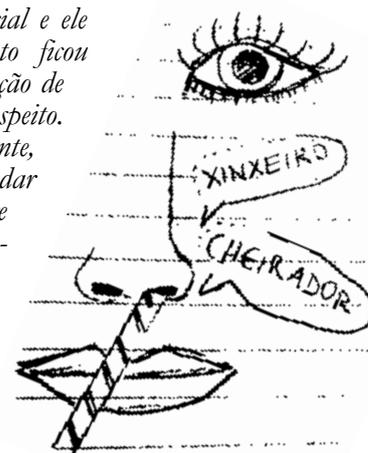
O Projeto foi pensado em uma lógica ampliada, no próprio território, uma vez que esse público pouco se vinculava aos serviços de saúde mental. Sendo o território lido como um organismo vivo, a partir de experiências cotidianas de quem o habita. Milton Santos (1996) entende por território um conjunto de “sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (1996, p. 50)<sup>28</sup>. Assim, o trabalho é realizado onde os jovens vivem, fazendo escuta não somente do sujeito, mas também do coletivo e das questões que atravessam os seus espaços de morada. Durante os grupos é possível notar a diferença em atuar no centro da cidade ou estar no território, ao experimentar a realidade que os adolescentes vivenciam no cotidiano. Além disso, também é importante destacar o papel de protagonismo e autonomia que os jovens assumem ao pensar nas atividades, em uma outra lógica aos serviços clássicos de cuidado em saúde mental. Além do encontro, estar nos grupos proporcionou trocas acerca dos processos de trabalho, o compartilhamento dos sobre os fazeres em saúde, sobre o cuidado em liberdade.

No “T.I.P.O. Assim!” tive a oportunidade de estar e pisar nos territórios, de compor com os equipamentos das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS)<sup>29</sup>, de educação e rede socioassistencial. Deslocar para fora da saúde, construindo saúde. Coletivamente. Foram tempos de reuniões, de trabalho com a rede intersetorial, realização de espaços de cuidado, de discussões de caso. Foi muito importante a circulação pela cidade ao transitar pelos bairros, conhecendo realidades bastante distintas. A residência possibilita mapear, conhecer e circular nos territórios. De estar perto dos sujeitos e acompanhá-los na construção de um cuidado que valorize as experiências em seus locais de morada<sup>30</sup>.

conbeci o neguim durante um dos grupos que realizávamos no território da roselândia. o apelido de infância revela a cor de sua pele. o adolescente de dezesseis anos havia feito uma postagem em uma rede social, um pedido de socorro. em que contava que se sentia violentado e revelou ser agredido e xingado. “quem estiver lendo, me ajude, ou a única saída é me matar... ou matar o meu pai e ser preso” (sic). quem nos relatou sobre a postagem foi outra participante do grupo, que nos contou que já presenciou outras situações de violência com o neguim, já que também eram colegas de classe. ela diz que na saída da aula ouviu o pai dizer ao filho “vê se dessa vez passa de ano e faz alguma coisa que preste... você só fez merda nessa vida. tem é que arrumar um emprego, virar homem” (sic). ela também contou que neguim havia mostrado à ela uma lista com mais de 70 regras, que ele diria ter de seguir para ser feliz: ser melhor em tudo, construir robôs, se começar a tossir que deveria parar sozinho, sempre sair de casa com o pé direito, dentre tantas outras regras. havia sido encaminhado para acompanhamento psicoterapêutico pela escola já que quebrava os lápis e ameaçava os colegas quando se sentia ofendido. a professora contou que constantemente ele fazia desenhos, repletos de armas e cenas de violência. por algumas vezes acionaram os pais quando ele dizia que ia se matar e se trancava no banheiro. já haviam acionado a polícia e ele só foi liberado na presença do pai. a relação com o pai sempre foi difícil, já que a postura do genitor era militarista e disciplinatória. a mãe dizia que já havia feito de tudo, e pouco aparecia quando acionada. outra questão que desorganizava neguim era o uso de substâncias psicoativas. quando estava sob efeito de drogas, ficava ainda agressivo e ameaçador. frequentava - por vezes semanalmente, por outras, quinzenal, até parar de frequentar - o grupo realizado na horta de uma escola da roselândia. o bairro, por sua localização limítrofe com municípios vizinhos e distante do centro, acaba sendo historicamente negligenciado pelas políticas públicas. a região é marcada pela vulnerabilidade social, violência, trabalho infantil na indústria de calçados e a conhecida capilaridade do tráfico de drogas. os participantes do grupo nos relataram que as famílias moradoras da comunidade eram obrigadas a esconder armas e drogas em suas casas. só assim podem permanecer nas residências, ou, caso contrário, as bocas-de-fumo se instalam. ele morava perto do local que realizávamos o grupo e frequentemente tivemos que buscá-lo em casa. algumas vezes ele não quis ir, outras a mãe disse que ele estava dormindo. em várias outras tentativas nem chegamos a ser atendidos. quando aparecia era participativo nas atividades do grupo, sempre contava histórias da escola e dos colegas. com a temática da redução de danos tentávamos aprofundar sobre os usos de substâncias com os jovens e neguim assumia sobre o uso de maconha, contou depois já ter cheirado cocaína e revelou o uso frequente de *kit*<sup>31</sup> quando vai às festas. neguim mora como pai, a mãe, uma irmã de doze anos. a irmã mais velha está presa, devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. “depois que a mana foi pra cadeia que o coroa ficou assim”, ele dizia sobre a sua relação com o pai. com a mãe ele dizia manter certo afeto, apesar dela acaba por aceitar a relação que está



estabelecida pelo pai, no tratamento com neguim. tentamos estabelecer um diálogo com neguim sobre o conteúdo que ele havia publicado na rede social e ele ficou apreensivo. em um primeiro momento ficou irritado, desconversou. reafirmamos nossa posição de escuta e disponibilidade para falarmos a respeito. aos poucos ele se sentiu a vontade, principalmente, por ficarmos sozinhos com o jovem para dar continuidade à conversa. os grupos sempre contavam com no mínimo dois profissionais-estudantes. ele se mostrava desconfiado, mas, ao mesmo tempo era notável que ele parecia se abrir ao revelar sua história. nos disse que o pai sempre o trata mal, que batia e que eles não se entendem. principalmente devido as constantes passagens de neguim pelos órgãos de controle. revelou que seu pai já teve envolvimento com o tráfico, “caiu três ano no central. por droga e porquê brigou com um cara, que depois apareceu morto. agora o pai é evangélico e não aceita mais nada de droga em casa. daí, dá em briga” (sic). neguim cresceu em um lote em que vivem seus familiares. de um lado mora a tia, do outro lado a avó, depois outro tio, colado na casa de sua madrinha. em uma das casas do pátio funcionou durante muito tempo um ponto de venda de entorpecentes. o adolescente relata o contato com as drogas desde sua primeira infância. já havia passado por duas comunidades terapêuticas e, ao sair, disse ter recaído. “também... lá era só oração e trabalho... daí o cara nem pensava em droga” (sic). continuando na conversa ele nos contou da última vez que foi abordado pela polícia. havia ocorrido no início de 2018. neguim contou estar acompanhado de um “cupinxa” (sic) e que este o convenceu a “puxar” (sic) uma motocicleta, para depois repassar num brique. assim, em determinada noite se encontraram e foram para uma praça. sentiram medo, já que “na roselândia, quando descobrem que o cara é 157 eles até arrancam as mãos” (sic), ele disse. a empreitada não logrou êxito. mal levaram a moto para uma rua escura e a polícia já jogou o farol em seus olhos, cegando-os. ficaram paralisados até sentirem o início da seção de violência. bateram neles até com o capacete que tinham nas mãos. “quebraram vários dentes, tão vendo?” (sic), nos mostrando a boca com um corte recém cicatrizado e pedaços de dentes que sobraram na boca. sorria cobrindo-a com as mãos. sobre os acompanhamentos em saúde mental neguim disse que não queria “ir no médico” (sic). pelo que nos dizia, não sentia pertencente aquele lugar, com aquelas pessoas que o atenderam. “aqui eu gosto de vocês, dá pra gente conversar” (sic).



O segundo ano de prática, em 2019, ocorreu na cidade de Porto Alegre. Outros tempos, outras formas de lidar e de ocupar a cidade, sendo convocado a pensar em metodologias de intervenção – clínicas e institucionais – nos contextos das políticas públicas para sujeitos em situação de rua e para aqueles em conflito com a lei. As questões de adoecimento estavam colocadas por não ter morada ou pela situação conflituosa, ou ambas, e convocando escuta e demandando atenção em maior ou menor grau.

Possibilidade de deslocamento ao explorar as relações comunitárias ocupando as ruas da cidade, espaços públicos, e equipamentos da rede. Uma experiência ofertada aos sujeitos que requerem ser acompanhados não somente quando estão sob as paredes e muros de concreto institucionais.

Aqueles sendo atendidos pelas redes de saúde ou pelas grades da justiça. No trabalho com a população em situação de rua e com os jovens nas águas revoltas da socioeducação durante o cumprimento de medidas socioeducativas, nos acompanhamentos terapêuticos e nos acompanhamentos juvenis, na oficina de geração de renda produzindo coletivamente ou buscando vagas em cursos profissionalizantes. Novamente, a exploração do território em toda a sua potência.

Nessa perspectiva, o trabalho trouxe marcas das realidades com as quais nos deparamos e que nos convocam a elaborar possibilidades para “a especificidade de um público juvenil nas entranhas das produções sociais no contemporâneo” (Lazzarotto; Carvalho; Becker, 2013, P. 58)<sup>32</sup>. Momentos em que o indivíduo vive entre direitos e deveres, entre a liberdade e a responsabilização, o dentro e o fora, na difícil e complexa tarefa em que se vê obrigado a “conjuguar a necessidade de medir as consequências dos atos com a educação e o social” (Torossian, 2014. p. 182)<sup>33</sup>.

Nesse contexto, uma estratégia trabalho foi o circular possível pelos territórios, num modo de intervir e acessar os jovens, permitindo, também que eles nos acessassem.



A Coordenação Geral da Atenção Primária em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre congrega várias políticas. Dentre elas, foi instituída a nível municipal no segundo semestre de 2016, a de Saúde da População em Situação de Rua. O Programa Mais Dignidade/Moradia Primeiro foi pensado na inserção social para a população em situação de rua e em vulnerabilidade e risco social para sujeitos com demandas associadas ao uso de crack, álcool e outras drogas.

O Programa visa potencializar as ações integradas entre as políticas públicas, articulando redes, com estratégias buscam a reinserção social, a redução de danos para o acolhimento integrado em saúde, a construção de plano comum de cuidados pelas equipes de abordagem – com integração do plano terapêutico singular com o plano individual de atendimento social – e, ainda, a proposta de ofertas de Bolsas Formação e Qualificação Profissional. A ideia de superação da situação de rua pressupõe suspensão temporária da situação por ingresso em espaços de proteção, oportunizando ao sujeito ressignificar sua própria condição de rua. O processo de emancipação está pautado em ofertar possibilidades de desenvolvimento psicossocial para que os sujeitos se tornem autônomos em seus projetos de vida, incluindo a dimensão financeira. Assim a última etapa articula ações de educação, formação e qualificação para o trabalho, busca pelo ingresso no mercado de trabalho propriamente dito, e, paralelamente, os cuidados em saúde em casos que limitem a autonomia ou funcionalidade.

Estar com sujeitos com trajetória de vida nas ruas é um processo que des-orienta o cuidado em saúde mental. A circulação pelos territórios, os sumiços, os abandonos, as crises e as internações hospitalares são frequentes. Ora para tratamento de drogadição, ora para outros cuidados em saúde há tempos abandonados, ora para tentativas de reaproximação sóciofamiliar.

A escuta era o maior instrumento e possibilidade de trabalho. Por mais que nos quissem coletando assinaturas em listas, controlando presença ou compilando dados da política em gráficos de pizza, a possibilidade que se deu foi colocar o corpo à trabalho, de ofertar escuta, de caminhar junto, de acompanhar na vida para além dos espaços institucionais.

a braba é uma mulher preta. entrou para a oficina de qualificação no eixo de geração de renda do programa mais dignidade na mesma época que iniciei as atividades da residência em saúde mental coletiva, na secretaria de saúde de porto alegre, que orienta o plano municipal de superação da situação de rua. braba é beneficiária em ambos os eixos do programa, que tem como outro eixo, a bolsa moradia. reside na região centro-sul de porto alegre junto ao companheiro, com quem vive maritalmente há alguns anos. sobre a história familiar, ela conta que veio da divisa do estado do rs com os países vizinhos. “nasci no mato” (sic), pois contou ter pai bugre. a mãe morreu em decorrência de um câncer e das complicações da aids. sobre um irmão, embora já tenha enunciado “que preferia não ter tido” (sic), e que se fosse até a cidade e “se encontrar com ele, mata!” (sic). contou quando sentiu que iria perder a mãe, que, de certa forma também prevendo deixar a filha, fez uma poupança para a braba dar um jeito em sua vida. daí relatou uma história



que o irmão a roubou, pegando o cartão bancário e senha e sacou o dinheiro da tal herança. além disso, levou o enxoval que a mãe montava para ela. depois foi morar com o pai e a avó, que não a alimentavam. revelou sofrer violências físicas e psicológicas. disse que fugia para a mata, que ficava por lá por dias. não demora e ela começa sua trajetória de vida nas ruas. já foi acolhida em unidades de acolhimento e albergues, é conhecida pelas redes de saúde e assistência social. antes de conseguir a moradia no “mais dignidade” vivia com seu companheiro debaixo de um viaduto que tem bastante movimento e visibilidade na cidade, sendo uma das primeiras pessoas a serem encaminhadas para o que se chama “moradia primeiro”. as cenas de violência são frequentes e recorrentes. um dia chegou de olho roxo. em outro chegou mancando, com a perna machucada. em ambos os casos, em um primeiro momento, a braba nos relatou histórias mirabolantes que justificassem as marcas: o olho foi em decorrência de participar de uma manifestação em favor da educação junto aos colegas da escola, quando os militares os abordaram, os atingiram com gás de pimenta e os dispersaram com violentas pancadas de cassetete. a perna, quando chegou mancando, disse “foi só um tombo dentro de casa” (sic). o locatário do imóvel sempre faz contatos com a equipe de referência sobre barulhos vindo do imóvel, de possíveis violências praticadas pelo casal. acessa os serviços de saúde embora não realize o acompanhamento de sorologia. é soropositiva há alguns anos, sem tratamento. disse que não gosta de remédio e nega veementemente a possibilidade de fazer uso de antirretroviral. disse que não tem problema em morrer, que inclusive, já pediu “por muitas vezes pra ser levada” (sic). tentou-se fazer uma intervenção, explicando o funcionamento do medicamento no organismo e as formas de contágio, uma vez que não se protege para evitar a transmissão do vírus do hiv e de outras doenças sexualmente transmissíveis, os prejuízos do não acompanhamento. é da igreja evangélica e diz que não ser preciso fazer acompanhamento e que “jesus irá salvar” (sic). deseja filhos mesmo sabendo que o companheiro não tenha o mesmo intento. compromete-se, minimamente, com o plano de acompanhamento e mantém atendimentos com saúde e assistência, quando acionada. recebe quinzenalmente a presença das equipes que fazem o acompanhamento intersetorial. já teve experiência como serviços gerais em uma terceirizada de prestação de serviços, quando o patrão fez uma reclamação, ficou brava e não gostou, foi embora e não mais voltou. foi demitida. contou sobre passagens infracionais e internação na fase, pelo motivo de praticar ato infracional relativo ao roubo, em lojas do centro da cidade. também contou que já foi apreendida e que ficou presa por alguns dias, em outro estado do sul. outras cenas de violência entre braba e o companheiro se deram quando foram às

vias de fato com outros sujeitos, também em situação de vivências nas ruas, quando tiveram a casa invadida. ela nos contou que ela e o companheiro resgataram um cachorro e o levaram para casa. o animal estava sendo violentado por tais pessoas e, ao saberem do destino do animal tais sujeitos foram até a moradia do casal e acabaram se envolvendo em agressão física e ameaças. atualmente, frequenta a educação para jovens e adultos (eja) e demonstra bastante interesse nas atividades relativas à sua educação. o almoço, após a saída da oficina e chegada na escola, também tem bastante peso na frequência e assiduidade. contou que já participou de variadas oficinas de atividades manuais como fabricação de papiro, bótoms e que sabe mexer no torno de cerâmica. é zelosa com os materiais e cuidadosa ao falar da experiência escolar, aparentemente conjecturando algumas possibilidades de superação da situação de rua, pela via da educação. braba é dedicada e frequente as atividades semanais com comprometimento e assiduidade. na oficina ela se estranhou e não se adaptou ao uso da máquina de costura, preferindo ficar na parte de cortes e separação de tecidos. já se mostra ansiosa com a finalização do benefício da bolsa moradia e cogita que seja renovado o benefício da bolsa qualificação. tem planos de trabalhar, organizar-se financeiramente para uma vida autônoma, já que consegue verbalizar o medo de voltar a viver na rua. aparenta questões de saúde mental, responde de forma reativa, não baixa a cabeça, é brava, como ela mesma diz sobre sua forma de entender e lidar com o outro. quando esta triste é possível notar pela feição e pelo autocuidado negado, já que está sempre limpa e nesses casos, fica em suspenso. braba carrega interseccionalidades<sup>34</sup>, sendo uma mulher, negra por parte de mãe e indígena de etnia indígena já pensada como dizimada dos pampas por parte de pai, tem defasagem escolar, tem história de vivência nas ruas, tem passagens infracionais e criminais, não tem caminhada profissional consistente – aos olhos do mercado-sociedade, mas alegre-se, a ponto de não conseguir falar ao receber encaminhamento para participar de processo seletivo para trabalhar de serviços gerais em um supermercado da capital. braba, quase finalizando o ano, participou da festa de despedida da escola porto alegre comandando uma apresentação. tomou para si a responsabilidade da coreografia enquanto outra participante ainda se questionava se teria coragem de dançar para tanta gente. ela foi lá e fez. dançou, se expressou, se e nos orgulhou. recebeu fervorosos aplausos.



O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PPSC) da Faculdade de Educação é uma unidade de execução de medida socioeducativa em meio aberto atuando, desde 1997, como parceiro do órgão responsável pela execução das medidas na cidade de Porto Alegre. Realiza o acompanhamento de adolescentes que cumprem medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) em setores da Universidade compondo a rede de atenção em socioeducação em regiões territoriais da cidade, e, no ano de 2019, executou, também a medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA). O PPSC atende adolescentes e jovens de regiões específicas da cidade – Centro, Partenon e Lomba do Pinheiro.

Na rotina do trabalho tive a oportunidade de conversar com os jovens e suas mães, alguns pais, redes de atenção, trabalhadores e estudantes. Pude circular pela cidade, acompanhar e execução de estratégias criadas em planos de vida – individual de atendimento, plano de ação – que compõem o trabalho socioeducativo. Neles estavam a busca pela emissão da segunda via de um documento, a regularização do alistamento militar, e a (quase impossível) vaga para matrícula na escola.

Foram momentos que permitiram escutar sobre essas trajetórias jovens. Não era uma escuta fácil – e era quase rotineiro – já que nessas circunstâncias os adolescentes denunciavam os abusos policiais nas abordagens e nos sistemas de justiça que viriam à frente: spray de pimenta na cara, a boca colocada no escapamento das viaturas com o carro ligado, sacola plástica na cabeça, eletrochoques pelo corpo ou quando eram forçados a comer a droga ou o dinheiro que portavam. Ouvi também relatos de surras de quebrarem os ossos do corpo e, nestas seções de violência os jovens chegavam a desmaiar, sendo, mais tarde, descartados em territórios de facções rivais, largados a própria sorte.

Corpos desde cedo marcados por vidas de negativas que desconsideram o social na produção das infrações, que negam marcadores sociais nas desigualdades e privilégios em seus modos de existir.

sereno também é preto. quando conheci o jovem veio acompanhado do pai apesar de já ter completado a maioridade. chegou com o olhar desconfiado, cara fechada e nem tirou a mochila das costas pensando que fosse só assinar um documento e ir embora. durante a conversa mudou a feição e conhecemos um jovem de sorriso fácil. foi sentenciado ao cumprimento de duas medidas socioeducativas, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, cumprindo parte no território e mais tarde foi necessário suspender o cumprimento devido às constantes ameaças no bairro que mora. trocou agressões com outro adolescente dentro do creas e foi apartado pelos funcionários do serviço, e, como alternativa, deu-se a continuidade do cumprimento das medidas socioeducativas sentenciadas no ppsc da ufrgs. sobre a circulação próximo a sua casa o jovem contou que “ainda conversa com os caras” (sic) que se relacionava antes e que os convites para retorno ao tráfico são frequentes, mas que ele não aceita e que não quer se envolver novamente. em outros tempos se reconhecia com uma facção o que levou as ameaçado pelo tal jovem. abandonou a escola há aproximadamente 3 anos, então na oitava série. disse pensar a escola como um lugar para se tornar alguém na vida e que sonhava desde criança se tornar advogado “pra ganhar bem” (sic). o abandono ocorreu na mesma época em que foi aliciado pelo tráfico de drogas, e, que andava com pessoas que hoje considera más companhias. relatou ter trabalhado em uma confeitaria por quatro meses, e que fazia bolos e salgados. mais adiante na conversa, o pai nos disse que era no mesmo local que ele trabalha atualmente, e, que outra filha também trabalha no local. jovem disse ter saído da padaria por ganhar muito pouco, e ter de acordar muito cedo. perguntamos se ele teria, em algum momento, desejo de produzir algo que aprendeu, como possibilidade de exercer sua autonomia e poder vender os quitutes. sereno prontamente negou a possibilidade dizendo “tenho vergonha” (sic). o pai disse que iria levar o currículo do filho em outro comércio que ele tem contato, para que o jovem volte a trabalhar e ocupar-se. ponderamos sobre as atividades que o jovem terá de cumprir, como as medidas socioeducativas de psc e la, além da medida protetiva de matrícula e frequência escolar, e que tal momento, não fosse adequado para o retorno ao mercado de trabalho. sobre o futuro jovem disse ter desejo de voltar a estudar e trabalhar, que não irá cometer os erros do passado. frente a tentativa do pai, desde o acolhimento, que sereno retornasse ao mercado de trabalho, até o acompanhamento das medidas socioeducativas, muitas diferentes vulnerabilidades foram conhecidas na história do jovem. pude aprofundar nas narrativas de sereno uma vez que assumi a responsabilidade de acompanhá-lo como orientador da medida socioeducativa de liberdade assistida, por aproximadamente quatro meses. assim conheci mais sobre a vida de um homem, pobre, preto retinto e periférico. começou o uso de maconha aos quinze e aos dezessete já tomava kit nas festas e fazia uso de cocaína. relatou sobre o forte envolvimento no tráfico por parte de familiares maternos e paternos desde muito pequeno, na infância. “são chefes na boca” (sic), dizia. disse também sobre outras passagens pela fase e quando sua irmã mais velha “assumiu a bronca” como responsável e o ocorrido nem chegou ao conhecimento dos genitores. conta da ameaça constante no território e faz relatos de vários abusos policiais já vivenciados. sereno contou quando precisou fugir de dentro de sua casa ao ouvir disparos na casa vizinha, no mesmo quintal. um primo foi executado, outro jovem de vinte e dois anos, morto com seis tiros à queima roupa disparados por um brigadiano que, segundo informações no bairro, queria vingar o homicídio de um colega policial. chegou a chefe da boca e cuidava de mais de um tipo de drogas,



contando que é comum no tráfico a progressão nos cargos e a responsabilidade de manipular mais variedades de entorpecentes, e, conseqüentemente, conquistando mais reconhecimento, mais dinheiro e mais poder. atuava na mesma rua em que vivia com uma companheira, que morava a sua família, além da casa alugada para a comercialização das drogas. durante uma de nossas conversas falou sobre o que considerava trabalho, quando atuava com o pai e recebia menos de um salário mínimo, e, que já chegou a receber R\$ 12.000,00/mês, atuando na comercialização dos narcóticos. contou que presenciou um ataque letal a um jovem que treinou-rateou-perdeu as drogas, durante a função do tráfico. alegou que não era trabalho, “por não dar em nada”(sic). também trouxe para conhecimento outros atos infracionais cometidos. jovem ostenta várias tatuagens que o marcam a uma facção que vem crescendo exponencialmente na cidade, além de trazer outros registros na pele que banalmente são ligados à homicídios. na finalização do cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida, foi momento de refletirmos sobre os objetivos alcançados (ou não) daqueles elencados como prioridade na construção do seu plano individual de atendimento. sereno não havia apresentado demandas de saúde e assistência social. sobre a documentação pessoal, sereno conseguiu regularizar a situação militar, permanecendo pendente a regularização eleitoral. jovem foi devidamente orientado do procedimento e das repercussões em decorrência da irregularidade. sobre a escola, sereno providenciou o histórico escolar e realizamos visita em uma escola, na tentativa de ressignificar o lugar e papel da educação em sua história, embora tenha verbalizado que não pretendia retornar aos estudos. quanto à profissionalização e inclusão laboral, por mais que tenha sido colocada a possibilidade pelo genitor que sereno buscasse uma vaga no mercado de trabalho, jovem não demonstrava interesse e desejo, e assim não foram realizados encaminhamentos. sereno ainda disse que tem mantém interesse em realizar curso de mecânica de automóveis. atualmente, o jovem está trabalhando, informalmente, na colocação de gesso em parede e rebaxamento de teto. sobre a participação familiar o genitor foi presente e colaborativo quando acionado, participando do acolhimento, de conversa individualizada para acompanhamento da mse e também de uma reunião de familiares. outras questões que se colocaram durante o acompanhamento da mse, como exemplos, foram a violência no território que o jovem vive com sua família, o policiamento ostensivo na região, a forte presença do tráfico de drogas, a sua desresponsabilização para a resolução de suas demandas, além da regularização da paternidade de uma criança, com sua parceira anterior, atualmente com três anos. jovem foi capaz de se relacionar bem com os demais envolvidos na execução da mse, tendo ficado ciente das marcas deixadas pelo processo socioeducativo. demonstrou certa preocupação com a história infracional e as conseqüências dessa trajetória em seu futuro, principalmente, profissional. conversamos bastante sobre as questões que atravessam o cumprimento das mses e sobre as responsabilidades que precisa assumir, enquanto jovem-adulto e pai.



**E**scutas sensíveis me levaram a refletir numa tentativa de articular alguns dos discursos que permearam os campos de atuação, e, dessas camadas discursivas emergiram, também em texto<sup>35</sup>, as relações dos sujeitos adolescendo em sofrimento psíquico, as situações conflitivas com a lei e a quase incessante busca pela (re)entrada ao universo do trabalho. Intersecções, rotas, vias que encontram, principalmente, pessoas negras.

São muitos os mecanismos de controle dos corpos pretos dos jovens que foram registrados nessas quatro histórias-memórias. Ao passo que me lançaram em busca de escolhas para as reflexões em uma perspectiva descolonial e antirracista, abarcando, prioritariamente, as perspectivas de teóricas e teóricos negros, e, além disso, realizar uma leitura da realidade dos jovens atendidos e os rastros deixados nos sistemas e registros institucionais. Entender as práticas a partir da atuação soberana do estado-polícia e suas ações necropolíticas<sup>36</sup>. Ter a sensibilidade analítica para compreender as pautas do feminismo negro e as intersecções de raça, cor, classe, nação e gênero que oprimem os corpos das mulheres pretas. Entender os caminhos pelas encruzilhadas dos territórios de vida, nos quartos de despejo<sup>37</sup> em becos que guardam memórias<sup>38</sup>.

Diante de tantos relatos, vidas contadas em prontuários por trabalhadores das redes de cuidados, seja da Assistência Social, da Educação, da Justiça ou da Saúde, restam questionamentos. Ficam alguns julgamentos, vários olhares e diversas interpretações.

Difícil lidar e romper com algumas questões que permanecem, como demarca Daniela Ferrugem (2019), ao nos depararmos com uma escassez de referências bibliográficas que tratam de temáticas como racismo e hierarquia racial, como se “não fosse determinante para as condições de vida, de saúde, de empregabilidade e renda, do viver das pessoas atendidas pelas políticas públicas” (Ferrugem, p. 128)<sup>39</sup>.

São muitas as formas de controle que adolescências e juventudes pretas estão sujeitas na re-construção de suas histórias, registros dessas memórias.



A adolescência é lembrada como uma fase da vida do ser humano em uma condição peculiar e, em especial, do desenvolvimento. Um período constante de alterações em competências cognitivas, sociais, psíquicas e emocionais. Etapa conhecida por transitar entre as fases da vida adolescente. *Adoles-ser*. O ciclo pode ser entendido como uma fase específica do desenvolvimento, um tempo de moratória e de maturação do corpo. Definido e entendido, muitas vezes, pelo caos hormonal. O sujeito não é mais uma criança, tampouco um adulto. Um limbo entre as brincadeiras infantis, as expectativas para a vida e a realização dos ideais de independência e de autonomia, considerados típicos da vida adulta. A época é evidenciada pelo período de crise e confusão em que o sujeito se encontra com um número excessivo de possibilidades numa dinâmica própria de construção de identidade. Entre a infância e a vida adulta uma passagem, um período ou uma etapa com contornos imprecisos ou delimitados pelo que ainda não se é, mas que pode vir a ser. As transformações, nessa perspectiva, impõem a necessidade de construir novas respostas para questões nada simples, cobrando algo de novo do sujeito que não mais reconhece seu corpo, os novos interesses e seus desejos, por vezes, conflitantes. É também um tempo que fica perceptível a variação de humor, da voz, dos contornos, das curvas, das formas e volumes. Pêlos pelo corpo. O tempo do *adoles-ser* circunscreve uma passagem turbulenta, exigindo, simultaneamente, equilíbrio e maturidade para situações em que deve responder diante as exigências sociais que idealizam o seu amadurecimento e a sua constituição, como sujeito de identidade própria, que se apropria desse novo corpo e se posiciona perante o desejo sexual. Momento que causa inquietação ao vivenciar as transformações do corpo, fase que (pode) provoca(r) sofrimento. A adolescência é um tempo de receber julgamentos dos adultos e de possibilidade efetiva de experimentar, de crescer e de escolher caminhos. Não se pode negar, também, os desafios daqueles que acompanham essas transformações desse sujeito cambiante, já que os “de maior” por vezes tem dificuldade em sustentar tais diferenças e questionamentos. O sofrimento também atravessa o mundo adulto nessa relação, frente às dificuldades geracionais ao para compor com as tecnologias e as novas formas do comunicar-se adolescente pela música, pela poesia, pela imagem, pelas tatuagens, pelas roupas e pela estética do corpo que se metamorfoseia: *aborrescência*, tempo da incomodação, mas, tudo bem é adolescente... daqui a pouco passa! A palavra adolescência deriva do latim *adolescere*, sendo composta pelo prefixo *ad* (para) mais *olescere* (crescer) – crescer para. Um dos sentidos mais usuais compreende a adolescência como etapa constitutiva do ciclo vital humano, preparatória à fase adulta. É curioso que a palavra *adolescere* guarde proximidade

com o termo *adulescere* – que significa adoecer. O termo vem sendo utilizado desde os séculos I e II, quando delimitava apenas um período, específico, da vida dos cidadãos de acordo com a hierarquia patriarcal, que organizava a vida social. Nessa época, não havia separação entre as dimensões pública e privada – como haveria na Modernidade –, uma vez que, moral, sexualidade e política articulavam-se num todo único, em dada ordem, compreendida como natural do universo (Matheus, 2008, p. 617)<sup>40</sup>. Muitos são os autores brasileiros que estudam as adolescências e as juventudes e destacam a complexidade em defini-las ou conceituá-las<sup>41</sup>, apesar de o senso comum codificá-las como homogêneas, até porque, nem todos vivenciam com a mesma intensidade as refrações desse processo. Do ponto de vista político administrativo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define a adolescência como a população dos doze aos dezoito anos e depois a juventude até e quatro anos. Para a Organização Mundial de Saúde, existe a divisão em três fases: a pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos), a adolescência (15 aos 19 anos incompletos) e a juventude (15 aos 24 anos). A fixação de critérios relativos à compreensão da juventude pode se alargar até os 29 anos, conforme Estatuto da Juventude (SINAJUVE, 2013). Outro aspecto interessante é o uso dos plurais visto que viver tais experiências variam de acordo com os modos como são estabelecidas as relações sociais em seus diversos contextos, sejam os familiares, os escolares ou os comunitários. Apesar das diferenças conceituais optou-se pelo que ambos os conceitos guardam de comum, usando-os não como sinônimos, mas dialógicos, ao pensar a adolescência como uma porta de entrada para este outro movimento da vida, que chamamos de juventude. O discurso contemporâneo sobre o jovem, ou sobre o adolescente, é ainda pouco generoso e acolhedor. Por exemplo, reduzir a condição do adolecer e do ser jovem ao caos hormonal, vinculando os comportamentos, os impasses e os movimentos tomados como típicos dessa etapa exclusivamente ao biológico, é recorrente, apesar de constituir-se como impossibilidade conceitual e ética. Ao retirar o sujeito do jogo da linguagem, do encontro com o outro e com a cultura, lhe é outorgado um lugar de objeto. A suposição do adolescente como sujeito de direito, com status de proteção integral na letra da lei, mostra sua fragilidade no discurso social. Os tempos atuais revelam tensões e interpretações sobre o tema evidenciando que os direitos positivados ainda não se encontram, de fato, efetivados, na medida em que explicita a importância de compreendermos que os adolescentes (d)enunciam com atenção ao modo como designamos este momento e porque associamos a violência ou o risco de violência quando tratamos do adolecer.

**E**m meados do século XX, os jovens começam a ser considerados perigosos e violentos. A justiça feita pelas próprias mãos e o movimento pela redução da maioria penal, defendido por políticos e apoiado pela maioria da sociedade brasileira, caminham paralelamente ao aumento de jovens encarcerados, que superlotam<sup>42</sup> o sistema socioeducativo brasileiro. Esses argumentos vêm ganhando força e espaço nas proposições legais que buscam legitimar o aumento do tempo de internação e a redução da maioria penal, e tais propostas ganham crescente apoio da população que, amedrontada com os índices de violência que circulam cotidianamente na mídia, as incorpora como verdade. É notório o crescimento das “demonizações” sobre os jovens, principalmente quando o tema é a violência, em que associam a estereótipos do ser jovem – ou jovens em particular: negros, pobres, prioritariamente alvos do controle policial – no retrato da mídia como a nova classe perigosa (Castro, 2013, p. 54)<sup>43</sup>. É nesse contexto que milhares de adolescentes brasileiros se tornam vítimas precoces de homicídios, criam laços com o tráfico de drogas, ou se tornam alvos do sistema de justiça juvenil. A socioeducação, como política pública, objetiva construir outros caminhos, novos conceitos de vida e busca o fortalecimento dos princípios éticos da vida social, visto que, ao cometer atos infracionais – art. 103 do ECA – os adolescentes rompem o pacto social. Conforme definido no artigo 104 do ECA são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, ou seja, terão excluídas as consequências de natureza penal, respondendo, nesse caso, a política socioeducativa. Verificada a conduta descrita como crime ou contravenção penal, podem ser sentenciados a cumprir uma medida socioeducativa – art. 112 do ECA – estabelecida judicialmente (BRASIL, 1990). Nesse sentido, verificada a prática de ato infracional, a autoridade judiciária aplicará medidas socioeducativas que vão da mais branda até a mais gravosa, sendo elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida – medidas não privativas de liberdade–; semiliberdade e internação em estabelecimento educacional – medidas privativas de liberdade. A medida socioeducativa, por sua vez, é uma resposta da justiça perante o ato infracional e marca o início de um trabalho de responsabilização por parte do adolescente, sendo executada e sustentada pelas instituições, no âmbito do executivo. A sentença judicial corresponde à gravidade da prática infracional e se materializa por meio de medidas socioeducativas, cujo objetivo central é a responsabilização associada à educação, e buscando a mudança da trajetória conflitiva. Na construção da Dissertação, conforme citado anteriormente, foi possível entender o papel da socioeducação, que busca romper com os ciclos de violência experimentados pelos adolescentes, e orienta enlaçá-los a um processo educativo e voltado à vida em liberdade.

Os principais objetivos da socioeducação são a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, incentivando sempre que possível a sua reparação; a integração social do adolescente e a garantia dos seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu Plano Individual de Atendimento (Carvalho, 2017, p. 33). Dentre duas das medidas aplicáveis, vivenciadas durante o processo formativo, o ECA define no artigo 117 que a medida socioeducativa de PSC consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a 6 meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas são atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas de modo a não prejudicar a frequência à escola ou jornada normal de trabalho. Já a medida socioeducativa de LA, ainda de acordo com o ECA em seu artigo 118, define que a LA será adotada sempre que for mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, sendo designada pessoa capacitada para acompanhar o caso, podendo ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. A medida deve ser fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. A vida longe das escolas, a vizinhança com a criminalidade, o preconceito, a segregação, a falta de perspectivas e de oportunidades não produzem necessariamente uma trajetória infracional. Cometer um ato infracional não significa necessariamente que o adolescente seja um criminoso e está destinado à vida de transgressões. Faz-se necessário conceber a adolescência em sua diversidade, e não a partir de uma visão homogeneizante, como se todos fossem iguais e vivessem as mesmas condições. As possibilidades de estar no mundo não se equacionam de forma determinística. Não se trata de um jogo de cartas marcadas. Contudo, não se pode negar o impacto dessas contingências na construção das (im)possibilidades de vida e o ato infracional como uma solução encontrada pelo adolescente diante do mal-estar (Carvalho, 2017, p. 33<sup>44</sup>).

**N**ós vivemos em um mundo que gira em torno da importância do que se faz, do ofício. Desde muito cedo, seja nos ditados, seja na literatura, seja nas canções populares, somos condicionados a pensar o papel organizador e central que o trabalho (deve) ocupa(r) em nossas construções de vida. Há um componente cultural que dá valor ao sujeito pelo seu fazer e o seu produto: *“uai, cê mexe com o quê?”*, *“mas bab, com o que é que tu trabalha?”*. Apresentamo-nos de acordo com o nosso emprego, nossa categoria profissional e nosso saber, acumulado das experiências concretizadas em diplomas-capacitações-especializações-(con)formações-formatações. Somos aquilo que fazemos? Profissionalizar-se é um direito elencado no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil (CF, 1988) o qual garante como livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. No caso dos/as adolescentes e jovens, o direito ao trabalho é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Capítulo V (ECA, 1990). Para aqueles que se encontrem em conflito com a lei quem define o direito ao trabalho, como um dos eixos estruturantes das medidas socioeducativas, são as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012). Existem outras legislações que tratam exclusivamente das questões relacionadas aos adolescentes e jovens no universo laboral e que buscam atender às demandas específicas desses sujeitos, como é o caso da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1943)<sup>45</sup>. A CLT visa garantir a proteção do trabalho para menores de 14 anos, proíbe que adolescentes desempenhem funções insalubres e noturnas, além de definir a condição de aprendiz, como exemplo. No mesmo prédio em que desenvolvo minhas atividades da RIS trabalham várias outras pessoas. Algumas têm relações de trabalho mais estáveis como funcionários públicos, sendo professores, equipes técnicas e administrativas. Em outro extremo, em uma relação mais precarizada, temos outras formas de emprego na segurança, na portaria, na limpeza. As nuances e os não-ditos estão inscritos na cor de pele de cada um desses trabalhadores e expressos na função e na prestação desses serviços. Essas são heranças que jovens recebem na organização do trabalho da sociedade brasileira. Não é possível desconsiderar as mediações necessárias para as novas demandas, quando ainda permanecem antigos problemas de nossa sociedade, no acesso ou enlaçamento produtivo na vida dos sujeitos. A idade, em que ora são muito jovens e ora velhos demais; a baixa ou nenhuma escolaridade, seja pela defasagem, seja pelo abandono, seja pela expulsão, seja pelo desinteresse. São muitos os obstáculos, que passam pela falta de documentos de identificação pessoal perdidos, roubados, ou nunca solicitados e os antecedentes infracionais e criminais, devido às passagens regulares pelos olhos de justiça e polícia. Além disso as experiências

profissionais anteriores podem ser, muitas vezes, consideradas marginais, informais, casuais ou ilícitas – inscrevendo outros não – como catar recicláveis, flanelinha, cuidar de automóveis, trabalho sexual, cargos de aviãozinho ao chefe da boca no tráfico de drogas. Quanto à saúde, os agravos em saúde mental e o preconceito com a aparência suja, louca ou vadia e os usos e abusos de substâncias lícitas e ilícitas. A interação por meio de gírias ou do falar pretoguês<sup>46</sup> ou o corpo que precisa lidar com *o desespero da fome e as dores no estômago tão fortes que chegam a retorcer as tripas*<sup>47</sup>. O preconceito com as relações ancestrais com as religiões de matrizes de outras Áfricas e a já conhecida intolerância com as formas diversas de lidar com o mundo. A falta de endereço fixo, vivendo sob o céu da cidade ou abrigado em muros e concretos institucionais. Daí outra conta que não fecha é a comprovação da residência, em um ciclo incessante: *como tu vai conseguir um emprego se não tem casa, e como vai conseguir uma casa se não tem um emprego?*<sup>48</sup>. Os contratemplos relacionados aos vínculos familiares rompidos ou fragilizados, os conflitos comunitários, as relações sociais precárias, as violências e ameaças nos territórios. Outra questão importante a ser considerada quando discutimos sobre o trabalho é a estrutura patriarcal que define modelos de relações heterossexuais centradas num padrão de como devemos ser homens e mulheres (masculinidades, feminilidades, gêneros). Tais estruturas definem funções para o masculino ou para o feminino, ainda que, nos termos da nossa Constituição, os homens e as mulheres tenham de ser considerados iguais em direitos e obrigações. Aquilo que pertence ao cuidado é designado desde a infância às meninas com as escolhas de brinquedos como bonecas, panelinhas e fogões, servindo em seus conjuntos de chá cor de rosa. Em contrapartida, os meninos ganham caminhões, aviões e tratores para que se tornem grandes motoristas, aventureiros e desbravadores. Há ainda aqueles considerados desviantes e que não respondem a tais ideais, quando meninos que sonham tornarem-se maquiadores ou performarem como *drag queens*. Meninas que desejam ser motoristas de caminhão betoneira, em construir e pilotar foguetes ou serem mestras de obras. Podem se tornar as maiores jogadoras de futebol do mundo. E temos ainda aquelas pessoas que transitam entre os gêneros e que se veem subjugadas ao trabalho sexual como única forma de ocupação, devido aos preconceitos enfrentados por não performarem de acordo com os padrões impostos pelo social. Sem outras escolhas ou outras possibilidades. Portanto, se para a juventude, o trabalho pode ser um organizador da vida ao produzir um lugar no social, um sentido, reconhecimento e pertencimento, também é uma experiência difícil de acessar considerando todos estes elementos que apresentamos da dinâmica da sociedade e os efeitos éticos e políticos que atravessam as relações de trabalho. Cabe ressaltar que não se pode ter no trabalho a solução pronta para a situação de violência em que jovens estão expostos, ou como a única saída da criminalidade e da vulnerabilidade. Embora ainda

povo e no social a ideia de que o trabalho seja o principal promotor de mudanças frente às múltiplas vulnerabilidades na vida, é preciso ter cautela, e romper alguns paradigmas engessados em planos arquitetados para os sujeitos.

**N**ovamente a folha em branco e o cursor insiste, intermitente, ao me colocar à trabalho para escrever sobre a residência. A dúvida do que colocar, da forma, do método de escrita, os tempos a cumprir. Cuidados necessários com quem vai ler a produção acadêmica. Reforço do papel da universidade na manutenção de formatos hegemônicos de re-produção do saber. Normas, padrões, inflexões latentes. Formas outras de escritas, talvez subversivas, quiçá mais livres. Possibilidade de construir outras narrativas e testemunhos. Escrivências<sup>49</sup>. Descolonizar, escrever das vivências ao romper processos históricos de apagamento de saberes considerados menores, subalternizados.

Corpas e corpos jovens atravessados pelo racismo, pela pobreza e pela violação de direitos, comumente marcados por vulnerabilidades e contextos de violências. Masculinidades tóxicas também registram as histórias-memórias. Usos e abusos de drogas, negações, humilhações, constrangimentos e sofrimentos, também, ordinários. Deslocamentos de vidas periféricas e as encruzilhadas das histórias. Algumas vidas perdemos precocemente pelos caminhos sendo a juventude negra as vítimas preferenciais das práticas-políticas de extermínio. Outros (sobre)vivem aos assujeitamentos, com as invisibilidades e com os estigmas. São considerados o resto – o excedente, o restante, o excesso, a sobra<sup>50</sup>. Muitas vezes os últimos a serem pensados quando o assunto é cuidado. Seja para a saúde, a justiça ou os sistemas que os encarceram, quando não os matam.

Quanto às histórias-memórias, seja para Brigão o medicamento como cuidado em saúde, seja pensar que a somente a escola pode sustentar a socialização de Nequim, seja a relação formal profissional para Braba ou a disciplina do trabalho que irá promover a Sereno a desejada e sentenciada ressocialização.

São perguntas que não se esgotam. Não se trata de apontar respostas, mas, sustentar novas perguntas e de constituir possibilidades.

Para o adolescente em conflito com a lei e para aquele em sofrimento psíquico, ou ainda, para um adolescente em conflito com a lei em sofrimento psíquico, a condição de *ser* ainda está em suspeição, sob vigília das câmeras de segurança, das grades da justiça a da polícia e dos olhos dos vigias do supermercado. São presenças ainda estrangeiras, inquietantemente estranhas, talvez por tensionarem políticas, práticas e ideais tão caros à sociedade.



	O começo. Do fim. Narrar um ciclo. Última escrita. Prazos. Desfecho.
<i>Quem controla?</i>	Formação integrada. Multiprofissional. Em Saúde. Mental. Coletiva. Eletivo. O estágio. Desejo. Retornar. Origem.
<i>Quem controla?</i>	Cruzar Brasis. Pampas. Alagados. Biomás. Montanhas. Cerrados. Mineiro. Quer ver. De perto.
<i>Quem controla?</i>	Casa. Cidade natal. Lagoas, sete. Muitas. São as Gerais. Reencontros. Afetos. Desafetos.
<i>Quem controla?</i>	

Comida.  
 Alimenta.  
 Acalenta.  
 Sensações.  
 (in)corpo(ra).  
 Ao corpo.  
 Controle.

*Quem controla?*

Memórias.  
 Re-atualizadas.  
 Lembranças.  
 Res-significadas.  
 Sentidos.  
 Outros.  
 Aflorados.  
 Sentimentos.

*Quem controla?*

Alegria.  
 Choro-rôs.  
 Risadas.  
 Ansiedade.  
 Raiva.  
 Saúde.

*Quem controla?*

Mental.  
 Auto  
 cuidado.  
 Implicado  
 Ampliado.  
 Descolonial.  
 Antirracista.  
 Antimanicomial.  
 Antimanicolonial.

*Quem controla?*

SUS...  
 ...pira!

Despedidas.  
 Saudade.

*Quem controla?*

---

<sup>1</sup> Do potente álbum de Linn da Quebrada “Pajubá” (Gravadora Independente/CD/2017).

<sup>2</sup> O Programa de Residência em Área Profissional da Saúde da UFRGS constitui-se em ensino de especialização profissional (pós-graduação lato sensu, 48 meses), destinada às profissões que se relacionam com o trabalho na área de saúde, sendo caracterizada por educação em serviço. A residência tem por objetivos o aperfeiçoamento e a especialização dos trabalhadores da área da saúde, inserindo profissionais em áreas prioritárias do Sistema Único de Saúde (SUS) e visa colaborar na construção da integralidade da atenção sanitária e incentivar a participação dos trabalhadores da área na promoção e educação da saúde. A Residência Integrada em Saúde (RIS) é resultado da integração da formação com o trabalho, favorecendo as atividades profissionais com supervisão docenteassistencial, articulando atividades de aprendizagem com orientação profissional. A execução dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde – 2020, modalidades uniprofissional ou multiprofissional, da UFRGS está condicionada à descentralização dos recursos dos valores referentes as Bolsas de Educação pelo Trabalho, conforme Termo de Execução firmado entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ver mais em: <http://www.ufrgs.br/coperse/processos-seletivos/residencia-em-area-profissional-da-saude/2020>. Acesso em: 26 fev. 2020.

<sup>3</sup> Durante o processo de formação em trabalho são escritas semestralmente narrativas de percurso, que devem ser apresentadas aos tutores de núcleo (profissional que se ocupa das demandas relacionadas ao núcleo de Serviço Social e os atravessamentos das composições multidisciplinares) e preceptores de campo (profissionais dos serviços que realizam orientações aos residentes em relação ao campo de atuação).

<sup>4</sup> Estratégia de registro de informações durante o trânsito formativo em Saúde Mental Coletiva, que consta na realização de anotações de textos, de desenhos ou de rabiscos que possam compor as produções a serem realizadas durante a RIS.

<sup>5</sup> Quando o verbo parecia não conjugar, os desenhos se fizeram presentes, abrindo novamente as margens para o possível e o impossível de ser dito, mas que necessita ser nomeado. Esforço renovado de fazer legível e entendível o que poderia parecer equívoco.

<sup>6</sup> Um cuidado empenhado na construção desta escrita se deu com a pesquisa por autoras e autores negros na construção deste aquilombamento teórico.

<sup>7</sup> É preciso a(de)nunciar a predominância dos saberes *Psi* – principalmente, Psiquiatria e Psicologia – na gestão e condutas dos fazeres para com as adolescências e juventudes. Discursos hegemônicos, diagnósticos e classificações, que fazem uso de estigmas-doenças-CID para a partida da construção dos casos, acompanhamentos e atendimentos. Formas outras de contenção, aprisionamento e controle dos corpos, que desconsideram outras narrativas enquanto possibilidades de leitura de mundo e de atuação profissional.

<sup>8</sup> hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

<sup>9</sup> FERRUGEM, Daniela. Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

<sup>10</sup> BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? – Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

<sup>11</sup> RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólem, 2019.

<sup>12</sup> BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990.

<sup>13</sup> Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

<sup>14</sup> Novo modelo de gestão para atender aos adolescentes e jovens em sofrimento psíquico – “sobre o tratamento jurídico-legislativo dispensado à pessoa com transtornos mentais em conflito com a lei, cumprindo medidas de segurança no país” – conforme o parecer sobre Medidas de Segurança e Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico sob a perspectiva da Lei nº 10.216/200, do Ministério Público Federal. Disponível em:

[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/saude-mental/docs-publicacoes/parecer\\_medidas\\_seguranca\\_web.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/saude-mental/docs-publicacoes/parecer_medidas_seguranca_web.pdf). Acesso em: 29 fev. 2020.

<sup>15</sup> ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

<sup>16</sup> A carne foi composta por Marcelo Yuca, Seu Jorge e Wilson Cappelletto, eternizada na voz de Elza Soares, em seu disco "Do côccix até o pescoço" (Maianga Discos/CD/2002).

<sup>17</sup> O CD "Tropicália 2" é aberto por Haiti, com melodia de Caetano Veloso e Gilberto Gil, e letra de Caetano Veloso (Polygram/Philips/CD/1993).

<sup>18</sup> Segundo dados do Ministério da Saúde (2018), um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio são os jovens e sobretudo os jovens negros, devido principalmente ao preconceito e à discriminação racial e ao racismo institucional. Foi publicizado que, no período analisado (entre os anos de 2012 e 2016) a proporção de suicídios entre negros (pretos e pardos) aumentou em comparação às demais raças/cores, subindo de 53,3% em 2012 para 55,4% em 2016. Em 2016, a cada 10 suicídios em adolescentes e jovens seis ocorreram em negros Ver mais em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos\\_suicidio\\_adolescentes\\_negros\\_2012\\_2016.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf). Acesso em 26 fev. 2020.

<sup>19</sup> No ano de 2015 – último levantamento disponível na página oficial do governo federal – pela terceira vez o Levantamento Anual do SINASE coletou informações sobre raça/cor nas UF de todo o país. Segundo os dados 61,03% dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade foram considerados de cor parda/preta, 23,17% de cor branca, 0,81% de cor amarela e 0,28% da raça indígena. Por fim, 14,67% dos adolescentes e jovens não tiveram registro quanto à sua cor ou raça, sendo classificados na categoria sem informação. Ver mais em: Brasil. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2015. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: [https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento\\_2015.pdf/view](https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2015.pdf/view). Acesso em: 26 fev. 2020.

<sup>20</sup> Além da precariedade do sistema carcerário, as políticas de encarceramento e aumento de pena se voltam, via de regra, contra a população negra e pobre. Entre os presos, 61,7% são pretos ou pardos e os brancos são 37,22%. Ver mais em; Comissão de Direitos Humanos e Minorias (2018). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 26 fev. 2020.

<sup>21</sup> Conforme já havia sido apontado em outras edições, no Atlas da Violência (2019) foi verificada a continuidade de um processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no país. Em 2017, como exemplo, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos, no caso, como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. Ver mais em: Atlas da violência 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/I90605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/I90605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em: 26 fev. 2020.

<sup>22</sup> O uso do termo corpa representa uma corrente antipatriarcal e questiona a utilização das palavras no gênero masculino como expressão da totalidade. No texto de Bárbara dos Santos Gomes, a Babosa Maresia, se prioriza o feminino em "encontros antimanicoloniais nas trilhas desformativas", seu trabalho de conclusão que foi apresentado ao Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, em Porto Alegre, no ano de 2019.

<sup>23</sup> RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? – São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 1ª Ed.

<sup>24</sup> EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. I ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 200 p.

<sup>25</sup> Durante a formação os residentes do primeiro ano (R1) são acolhidos por residentes do segundo ano (R2), compondo, assim, as microequipes.

<sup>26</sup> Sala de atendimento construída na antiga piscina, que ganhou paredes e teto na casa alugada em que o CAPSi funciona. Lá é espaço de guardar, e, também colocar para fora as fantasias, brinquedos e possibilidades.

<sup>27</sup> Os nomes são fictícios para resguardar os sujeitos, considerando os preceitos éticos em pesquisa.

<sup>28</sup> SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>29</sup> A RAPS propõe um novo modelo de atenção em saúde mental, a partir do acesso e a promoção de direitos das pessoas, baseado na convivência dentro da sociedade, tendo como objetivo articular ações e serviços de saúde em diferentes níveis de complexidade. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/rede-de-atencao-psicossocial-raps>. Acesso em: 02 mar. 20.

<sup>30</sup> Outra atuação marcante foi a realização do OcupaUras em Julho de 2018, na URAS Roselândia, sendo atendidas mais de 300 pessoas. As ações foram sistematizadas a partir de um grupo de trabalho que, como método, agendou reuniões de rede, realizadas entre os meses de Abril e Maio de 2018 com os mais variados serviços de atenção à infância e à juventude do território (saúde mental, assistência social, educação, conselho tutelar, esportes), além de contar com a presença dos adolescentes compondo os espaços de articulação da rede. As reuniões foram momentos de provocação para a discussão das políticas locais e das práticas de cuidado, além da elaboração de um plano para a realização do encontro aberto à comunidade, da promoção do espaço da URAS como promotor de saúde e de socialização para a população. A experiência foi apresentada no VIII Encontro Nacional de Residentes em Saúde no Rio de Janeiro (RJ) em Setembro/2018.

<sup>31</sup> Coquetel de bebida alcoólica, normalmente vodca, com sucos ou energéticos, larga e deliberadamente consumida na atualidade pelos adolescentes e jovens em festas.

<sup>32</sup> LAZZAROTTO, G. D. R., CARVALHO, J. D., & BECKER, J. L. (2013). Acompanhando micropolíticas juvenis: estratégias clínico-institucionais. *Psicologia & Sociedade*, 25 (n. spe. 2), 55-64.

<sup>33</sup> TOROSSIAN, Sandra D. Aberturas na clínica das medidas socioeducativas: ensaio preliminar. In: MOREIRA, Jacqueline O. M.; GUERRA, Andrea M. C.; SOUZA, Juliana M. P. Diálogos com o com o campo das medidas socioeducativas – conversando com a semiliberdade e a internação. Curitiba: CRV, 2014. p. 181-192.

<sup>34</sup> AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

<sup>35</sup> Os textos dessa seção foram construídos durante a RIS para publicações organizadas pela Faculdade de Educação – FACED da UFRGS. Ambos os textos foram escritos pelo pesquisador e adaptados para esse TCR. Para a edição do livro “Juventudes: entre A e Z” (no prelo) os verbetes “Adolescer” e “Trabalhar”, ainda serão publicados. O texto “Socioeducar” compõe a publicação “Acompanhamento Juvenil e o circular possível pelas ruas da cidade” escrito para o caderno pedagógico do “Curso de extensão: educação social nos trilhos das adolescências e juventudes”. SANTOS, Karine; MEDEIROS, Tanise (orgs.) – 2ª ed. – Porto Alegre: UFRGS, 2019. 185 p.

<sup>36</sup> MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-I edições, 2018. 80 p.

<sup>37</sup> JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo. Diário de uma favelada. 10ª ed. Ática. 2019. 200 p.

<sup>38</sup> EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. I ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 200 p.

<sup>39</sup> Idem nota 9.

<sup>40</sup> MATHEUS, Thiago C. Quando a adolescência não depende da puberdade. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 616-625, dez. 2008.

<sup>41</sup> Por exemplo: Calligaris, 2000; Sposito, 2001; Dayrell, 2001; Volpi, 2001; 2002; Meinerz, 2005, 2010; Gurski, 2012; Pereira; Gurski, 2014; Carvalho, 2017.

<sup>42</sup> Segundo dados de 2019 divulgados pelo Conselho Nacional do Ministério Público o Rio Grande do Sul informou ter 992 adolescentes em medida de internação para 612 vagas (superlotação de 62,09%), durante período de referência da coleta das informações – agosto a novembro de 2018. Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/LIVRO\\_PROGRAMAS\\_SOCIOEDUCATIVOS\\_WEB.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/LIVRO_PROGRAMAS_SOCIOEDUCATIVOS_WEB.pdf). Acesso em 29 fev. 2020.

<sup>43</sup> CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, João C.; CAVALCANTI, Vanessa R. S. (Orgs.). Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 54-83.

<sup>44</sup> CARVALHO, Wesley F. Terra-Mar: Litorais entre a socioeducação e a educação especial. 2017. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

<sup>45</sup> BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.442, de 01 mai. 1943. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/ctt\\_e\\_normas\\_correlatas\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/ctt_e_normas_correlatas_1ed.pdf). Acesso em 29 fev. 2020.

<sup>46</sup> GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, nº. 92/93, Rio de Janeiro, jan./jun.1988. Número I.

<sup>47</sup> O jornal Boca de Rua é uma publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Existe desde agosto de 2000 e traz textos, fotos e ilustrações elaborados pelos participantes (que se encontram em situação de rua) durante oficinas semanais. O dinheiro arrecadado na comercialização do veículo reverte integralmente para participantes do grupo, constituindo uma fonte alternativa de renda. Pequena aula sobre a fome escrita no Jornal Boca de Rua. Jornal Boca de Rua. Porto Alegre. Ano XVIII, nº 72, julho, agosto, setembro 2019.

<sup>48</sup> Não somos cachorros, Comandante Nadia. Porto Alegre. Jornal Boca de Rua. Ano XVIII, nº 72, julho, agosto, setembro 2019.

<sup>49</sup> Uma ideia de “escrita de si” com o fato de que a subjetividade de qualquer pessoa contaminar a sua escrita ao escrever – e, viver! EVARISTO, Conceição. BECOS DA MEMÓRIA. I ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

<sup>50</sup> Portal Dicionário de sinônimos. Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/resto/>. Acesso em 02 mar. 20.